

COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH

Termo de Referência 98/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

98/2025

810005-COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA DO MDH

REINALDO SERGIO RODRIGUES

02/12/2025 16:26 (v 0.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	658/2025	00135.234918/2025-91

1. Definição do Objeto

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de **receptionista**, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas dependências do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em Brasília-DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	SUBTOTAL MENSAL ESTIMADO	SUBTOTAL ANUAL ESTIMADO	SUBTOTAL 24 MESES ESTIMADO
1	Receptionista	8129	Meses	24	R\$ 81.358,56	R\$ 976.302,72	R\$ 1.952.605,44
TOTAL					R\$ 81.358,56	R\$ 976.302,72	R\$ 1.952.605,44

1.1.2. Para a adequada elaboração da proposta, esclarece-se que a unidade de medida compreende o seguinte:

1.1.2.1. Para o item 1, serão considerados **12 (doze) postos fixos** de receptionista (CBO 4221-05), por mês.

1.1.3. Dessa forma, a licitante apresentará o preço mensal, anual e bianual em sua proposta de preços, sendo que o contrato será firmado por 02 (dois) anos, observando-se que, em cada mês, haverá quantitativo fixo de posto, conforme detalhado neste instrumento

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.1.4. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.5 Embora o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, trate especificamente de bens de consumo de luxo, por analogia, esclarece-se que o receptionista não se enquadra nessa categoria, uma vez que se trata de atividade essencial e contínua. Tal serviço possui natureza rotineira ao funcionamento regular da Administração Pública, não apresentando qualquer característica de suntuosidade, excepcionalidade ou supérfluo que o enquadre como serviço de luxo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção poderá comprometer as atividades desempenhadas pelas unidades do MDHC, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.1.7. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.8. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.1.9 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 27136980000100-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 16/05/2024

III) Id do item no PCA: 639

IV) Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL

V) Identificador da Futura Contratação: 810005-658/2025

3. Descrição da Solução

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1 Ainda que a contratação não implique, por si só, impacto ambiental, a empresa contratada deverá observar, sempre que possível, os requisitos estabelecidos no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª edição)**, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU), bem como adotar práticas sustentáveis na execução dos serviços, em conformidade com as melhores práticas ambientais e com o disposto na Lei nº 12.305/2010, regulamentado pelo o Decreto nº 10.936/2022.

4.2. Deverão ser adotadas boas práticas voltadas à otimização do uso de recursos e à redução de desperdícios, tais como a realização de treinamentos e capacitações periódicas dos empregados quanto ao consumo consciente, à utilização racional de materiais de expediente, à economia de água e energia elétrica e à adequada separação de resíduos recicláveis, em conformidade com os princípios e objetivos estabelecidos nos arts. 6º e 7º da Lei nº 12.305/2010, que tratam da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e da não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.

4.3. A contratada deverá implementar práticas de gestão que assegurem o cumprimento dos direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas, bem como às disposições relativas à segurança e à medicina do trabalho aplicáveis aos seus empregados, garantindo condições dignas e seguras de trabalho, em observância ao art. 6º, inciso VIII, da referida Lei, que dispõe sobre o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

4.4. Deverão ser observadas as normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, de acordo com as regulamentações expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, bem como adotar, sempre que possível, medidas que minimizem os impactos ambientais decorrentes das atividades administrativas, que prioriza a redução, reutilização e reciclagem de materiais utilizados nas atividades de prestação de serviços.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.10. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.19. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.24. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.25. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.27. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.28. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.29. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.30. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.31. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.32. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.33. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.34. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.
- 4.35. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.36. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Instalação de escritório

- 4.37. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, na cidade de Brasília/DF, conforme fundamentação seguinte:
- 4.38. Segundo a Instrução Normativa nº 5/2017, em seu item 10.6, permite que, em contratações de serviços contínuos, a Administração poderá exigir do licitante uma *"declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato"*, desde que a exigência seja justificada de forma clara e objetiva no processo licitatório.
- 4.39. Desta forma, justifica-se a exigência de instalação de escritório na cidade de **Brasília/DF** pelos seguintes motivos:
- **Facilidade de comunicação e gestão contratual:** A proximidade física entre a contratada e a Administração contratante facilita o acompanhamento, a fiscalização e a resolução célere de eventuais problemas operacionais ou administrativos relacionados à execução do contrato.
 - **Agilidade no atendimento de demandas:** A existência de um escritório local possibilita respostas rápidas a situações emergenciais, visitas técnicas, reuniões presenciais e entrega de documentos ou materiais que eventualmente não possam ser enviados por meios eletrônicos.

- **Alocação e substituição de mão de obra ou recursos locais:** Para contratos que envolvam prestação de serviços com alocação de pessoal, é fundamental que a empresa tenha base local para realizar contratações, treinamentos, substituições e atendimento às exigências trabalhistas e operacionais.
- **Cumprimento eficiente das obrigações contratuais:** A presença de um escritório em Brasília/DF permite maior controle da execução dos serviços, contribuindo para o cumprimento dos prazos, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no contrato.
- **Redução de custos indiretos e logísticos:** Evita-se deslocamentos frequentes de representantes da empresa de outras localidades, o que poderia impactar os custos e os prazos de atendimento.

4.40. Por esses motivos apresentados, e o respaldo legal no item 10.6 da IN nº 5/2017, está devidamente motivada pela necessidade de garantir a eficiência, continuidade e qualidade na prestação dos serviços contratados pela Administração Pública.

Política de Inclusão para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

4.41. Em observância ao disposto no art. 3º do Decreto nº 11.430/2023, o licitante deverá prever o emprego de mão de obra composta por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

4.42. Caberá ao licitante observar o quantitativo de empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos, para fins de cálculo do percentual de vagas reservadas.

4.43. No caso de contratações com licitante enquadrado no § 1º-A do art. 3º do Decreto nº 11.430/2023, poderá ser prevista reserva de vagas com quantitativo inferior a 25 (vinte e cinco) empregados, sendo admitida, nesse caso, a adoção de percentual inferior a 8% (oito por cento).

4.44. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e demais pessoas que se identifiquem com o gênero feminino, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei nº 11.430, de 8 de março de 2023.

4.45. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

4.46. Sempre que houver um desligamento, o Contratado deverá buscar atender ao percentual mínimo de descrito acima com a nova contratação.

4.47. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

4.48. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

4.49. O Contratado deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

4.50. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

5. Modelo de Execução do Objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto ocorrerá por meio da alocação de empregados da contratada para o desempenho de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, de forma presencial, conforme as disposições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, em especial aquelas constantes do item 6, que trata da descrição, atribuições e requisitos exigidos para os cargos.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. A comunicação entre a Administração e a contratada será realizada por intermédio de preposto designado pela contratada e aceito pela equipe de fiscalização, sendo tal designação devidamente formalizada e registrada.

5.2.3. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência **deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias corridos** contados da data de **assinatura do contrato**, cabendo à Contratada alocar a força de trabalho nos locais e horários previamente definidos.

5.2.4. Após a assinatura do contrato e a designação formal do gestor e dos fiscais responsáveis, será realizada reunião inicial de alinhamento, com o objetivo de uniformizar o entendimento quanto às condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como dirimir eventuais dúvidas relativas à execução contratual.

5.2.5. A pauta da reunião inicial deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:

- a) Apresentação do preposto da contratada, a ser realizada por seu representante legal. A apresentação deverá ser formalizada por meio de carta contendo, no mínimo, o nome completo e o número do CPF do empregado designado para acompanhar a execução do objeto contratual, atuando como principal interlocutor junto à Administração, com atribuições de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas relativas à execução do contrato, bem como de apresentar documentação comprobatória de sua representação (procuração legal);
- b) Informações, por parte do preposto, sobre todos os canais de atendimento e contatos disponíveis para comunicação com a Administração durante a vigência contratual, contemplando atendimento, suporte e demais demandas;
- c) Apresentação do fluxo de envio da documentação necessária à liberação dos pagamentos mensais;
- d) Participação obrigatória do preposto da contratada na referida reunião;
- e) Apresentação da equipe técnica e do gestor designado pela Administração.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão executados nas instalações da Contratante, localizada em Brasília - DF, bem como quaisquer dependências externas onde a Contratante possua algum tipo de propriedade, vínculo, relação ou necessidade em que se exija a utilização dos serviços:

- Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A – Brasília/DF;
- Esplanada dos Ministérios, Bloco A – Brasília/DF;
- Edifício Banco do Brasil Sede II – Setor Bancário Sul, Asa Sul – Brasília/DF;
- Edifício MultiBrasil - SAUS quadra 5, Bloco A, Lotes 09/10 - Asa Sul, 1º andar - Brasília/DF.

5.4. Como critério geral, foi considerado o total de 12 (doze) postos, com a alocação de 1 (uma) recepcionista por pavimento. A distribuição dos postos por unidade é apresentada a seguir:

- a) **Edifício MultiBrasil:** 6 (seis) recepcionistas, sendo 1 (uma) alocada em cada pavimento, incluindo o térreo.
- b) **Edifício Parque Cidade Corporate:** 1 (uma) recepcionista, alocada no 9º andar.
- c) **Edifício Sede 2:** 1 (uma) recepcionista, alocada no 2º subsolo.
- d) **Esplanada dos Ministérios – Bloco A:** 4 (quatro) recepcionistas, sendo 1 (uma) alocada no 4º andar e 1 (uma) no 9º andar.

Quadro- Resumo da Estimativa de Quantitativos

Unidade Predial	Pavimento	Nº de Recepcionistas
Edifício MultiBrasil	Térreo	1
	1º ao 5º Andar	5
Subtotal		6
Edifício Parque Cidade Corporate	9º Subsolo	1
Subtotal		1
Edifício Sede 2	2º Subsolo	1
Subtotal		1
Esplanada dos Ministérios – Bloco A	4º Andar	2
	9º Andar	2
Subtotal		4

5.5. Registra-se, por oportuno que, a Administração poderá, a seu critério, designar outros endereços para a execução dos serviços, inclusive em caso de instalação de novas unidades administrativas localizadas em Brasília/DF.

Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.6. A jornada de trabalho será de segunda a sexta-feira, conforme estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar, devendo estar em conformidade com as normas vigentes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), determinações do Tribunal Superior do Trabalho (TST), convenções coletivas da categoria e demais normativos aplicáveis.

5.7. O funcionamento regular das unidades do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ocorre no horário compreendido entre 07h00 e 19h00.

5.8. A prestação dos serviços será realizada de segunda-feira a sexta-feira, em horários a serem definidos e ajustados conforme a conveniência e necessidade da Administração. Para tal, deverá ser elaborada escala de trabalho que atenda adequadamente às demandas dos setores, respeitando a carga horária máxima de 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 381, de 17 de setembro de 2025.

5.9. Excepcionalmente, poderá ser demandada a execução dos serviços aos sábados, domingos ou feriados, desde que haja solicitação formal e prévia da unidade requisitante à gestão do contrato, para fins de controle e encaminhamento à contratada. Nessas hipóteses, o gestor da unidade de lotação do empregado deverá providenciar cronograma específico para compensação da jornada de trabalho.

5.10. A alteração do horário de prestação dos serviços poderá ser realizada, desde que motivada por necessidade justificada, comunicada com antecedência e autorizada pela Administração, observando o interesse público e a legislação vigente. Não será permitida a realização de horas extras ou a execução dos serviços em horário noturno, entendido como aquele compreendido entre 22h00 e 05h00 do dia seguinte.

5.11. Não há previsão contratual para pagamento de horas extras aos profissionais alocados nos postos de trabalho. Poderá haver flexibilização dos horários de determinados postos, desde que ocorra mediante compensação, nos termos do item 2.6, alínea "d.1.3", do Anexo V da Instrução Normativa SEGES n.º 5/2017.

5.12. As variações de horário no registro de ponto não superiores a 5 (cinco) minutos, respeitado o limite máximo diário de 10 (dez) minutos, não serão consideradas como jornada extraordinária, nem descontadas da remuneração, conforme estabelece o §1º do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

5.13. Na hipótese de alteração do horário oficial de expediente do órgão, seja por determinação normativa ou por circunstâncias supervenientes, deverão ser promovidas as adequações necessárias nos horários de prestação dos serviços, a fim de garantir a continuidade das atividades.

5.14. A contratada deverá assegurar em até 4 (quatro) horas o suprimento de eventuais ausências nos postos de trabalho, exclusivamente por profissional que atenda integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos a partir do item 5.2.4. deste documento. No caso de descumprimento, será aplicado desconto proporcional no faturamento mensal, calculado com base na quantidade de horas não cobertas e no valor da hora previsto na planilha de composição de preços do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.15. A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e/ou demissão de seus empregados.

5.16. A contratada deverá realizar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por meio de seu preposto e supervisores designados, com atenção especial à organização e conservação dos ambientes utilizados pelos empregados alocados, em conformidade com as normas estabelecidas pelo MDHC.

5.17. A distribuição dos postos poderá ser alterada conforme necessidade da Administração, desde que sejam respeitados os limites da carga horária contratada e mantida a composição de custos originalmente pactuada, de modo a não gerar impacto no valor mensal da contratação.

Compensação

5.18. Para o controle da jornada de trabalho, os prepostos da contratada deverão realizar a conferência diária dos relatórios de frequência dos empregados sob sua responsabilidade, podendo esta ser efetuada por meio de registros oriundos de sistema de ponto eletrônico da contratada ou por outros meios admitidos pela legislação trabalhista. Deverão, ainda, comunicar ao gestor do contrato, semanalmente ou sempre que necessário, as ocorrências de horas excedentes, com vistas à solicitação de justificativas por parte dos setores responsáveis e à devida compensação das horas extrapoladas.

5.19. Em caso de necessidade devidamente justificada e previamente comunicada, a jornada regular de 40 (quarenta) horas semanais poderá ser estendida, sendo que as horas excedentes realizadas entre segunda e sexta-feira deverão ser computadas como horas normais. Nessas situações, o horário da prestação dos serviços poderá ser ajustado, desde que respeitados o interesse do Ministério e a legislação vigente, sendo vedada a execução de horas extras, bem como a realização de atividades no período noturno.

5.20. Somente serão consideradas para compensação as horas extraordinárias realizadas dentro do limite legal de 2 (duas) horas extras por dia, não excedendo a jornada de 10 (dez) horas diárias, desde que previamente autorizadas, de forma expressa, pela contratada.

5.21. A compensação das horas poderá ser adotada, a critério da contratada, nas seguintes hipóteses:

- a) Ocorrência eventual de natureza pessoal do empregado, que inviabilize ou torne inconveniente a convocação de substituto;
- b) Necessidade de compensação decorrente da redução excepcional e temporária da demanda de trabalho em unidades sob responsabilidade do contratante.

- 5.22. No caso da alínea “a”, o empregado poderá ausentar-se do posto de trabalho pelo período necessário, devendo realizar a compensação preferencialmente dentro do mesmo mês da ocorrência. Caso não seja possível, a compensação poderá, excepcionalmente, ser realizada no mês subsequente.
- 5.23. Na hipótese da alínea “b”, a dispensa do empregado poderá ser autorizada pela contratada, conforme a conveniência e necessidade da unidade de lotação, desde que não haja prejuízo à continuidade dos serviços.
- 5.24. A compensação das horas excedentes deverá ser efetivada por meio da redução proporcional da jornada em outros dias, observando os termos da legislação vigente, as disposições da respectiva convenção coletiva de trabalho e a conveniência do contratante.
- 5.25. A dispensa do empregado, nos termos acima, será realizada sem prejuízo da remuneração e do benefício de auxílio alimentação. Contudo, o vale-transporte relativo aos dias dispensados será descontado proporcionalmente.

Requisitos dos Postos

5.26. O enquadramento das categorias profissionais serão conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme previsto pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tabela - Pré- Requisitos de Salário Base e Carga Horária

Profissional	CCT	CBO	Salário Base	Carga Horária
Recepcionista	SINDISERVIÇOS/DF	4221-05	R\$ 2.574,37	40h semanais

- 5.27. A Contratada deverá dispor de mão de obra qualificada para prestar os serviços em conformidade com a legislação trabalhista e com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional, bem como a Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 381, de 17 setembro de 2025.
- 5.28. Desta forma, os subitens seguintes possuem o condão de demonstrar as rotinas previstas como possíveis de serem desempenhadas pelos profissionais ocupantes dos cargos pleiteados para a contratação, constando nos textos a íntegra da CBO.
- 5.29. **Recepcionista, em geral (CBO 4221-05):**
- 5.29.1. Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averigam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.
- 5.29.2. Executar as demais atividades inerentes ao cargo, conforme Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.29.3. Perfil mínimo do profissional: Ensino médio completo e conhecimentos pacote Office (Word, Excel, Power Point, Outlook) e internet, além de comunicar utilizando a linguagem brasileira de sinais – LIBRAS.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.30. A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 5.30.1. Atender chamados telefônicos internos e externos, propiciando informações gerais pertinentes ao Ministério; transferir ligações para ramais e unidades solicitados; anunciar e controlar a entrada e saída de visitantes em geral, realizando o direcionamento correto aos locais desejados; notificar a segurança sobre a presença de pessoas estranhas ou não identificadas no Órgão; Receber e interagir com o público que procura o órgão de forma agradável, solicita e colaborativamente para a prestação de informações e no encaminhamento às pessoas procuradas; auxiliar a recepção e o encaminhamento de pessoas com deficiência; comunicar-se utilizando a linguagem brasileira de sinais – LIBRAS; Prestar apoio as diversas áreas do Ministério, atuando no preenchimento de formulários específicos, levantamento de dados e tratamento estatístico de pouca complexidade, controles diversos envolvendo movimentação de materiais, veículos, pessoas, protocolos dentre outros; manter se atualizada sobre estrutura organizacional, unidade de lotação de funcionários e servidores e eventos institucionais da sua área de trabalho; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.31. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Proposta

5.32. A proposta apresentada pela empresa contém deverá conter as seguintes discriminações:

- Razão Social;
- Especificações detalhadas do objeto e de todos os seus acessórios, contendo quantidade, valor da remuneração, custo unitário do posto, valor estimado mensal, valor estimado anual e valor estimado total;
- Valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- Prazo de vencimento da proposta, com validade de 90 (noventa) dias;
- Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco onde será efetuado o pagamento;
- CNPJ;
- Endereço;
- Telefone e E-mail;
- Assinatura do representante responsável

5.33. A empresa apresentará ainda:

5.33.1. Nos preços apresentados deverão estar computados todos os custos decorrentes do fornecimento, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, sobre o objeto contratado.

5.33.2. Declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título posteriormente.

5.33.3. Declaração que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.33.4. Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

5.33.5. Ainda, juntamente com sua proposta, o fornecedor deverá entregar, preenchido e assinado pelo responsável legal, o Termo Compromisso com a Integridade (Anexo I), Termo de Compromisso com os Direitos Humanos (Anexo II) e Declaração de Escritório na Localidade (Anexo III).

5.33.6. O licitante deverá entregar junto com sua proposta planilha demonstrativa dos custos da categoria profissional, conforme modelo constante em Anexo e estabelecida na Convenção Trabalhista. Além de entregar uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, maiores detalhes e informações sobre a composição da planilha encontra-se no item 5 deste Termo de Referência.

5.33.37. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

Planilha

5.34. Para os valores cotados, a empresa deverá apresentar planilha demonstrativa dos custos referentes à categoria profissional, conforme modelo constante em anexo e de acordo com o estabelecido na respectiva convenção coletiva de trabalho.

5.35. A planilha de composição de preços deverá apresentar, de forma detalhada, as memórias de cálculo, incluindo a metodologia e as fórmulas adotadas pela licitante para a definição dos valores propostos relativos a encargos, insumos e demais componentes de custo do posto de serviço.

5.36. O preenchimento da planilha de custos deverá ser realizado de forma detalhada as memórias de cálculo, com formulas, incluindo o valor dos uniformes dos empregados.

5.37. Em caso de rescisão contratual ou de não renovação do contrato, os equipamentos deverão ser devolvidos à contratada no estado em que se encontrarem.

5.38. O licitante deverá observar integralmente os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) apresentada, incluindo os encargos referentes à assistência médica, odontológica e demais auxílios estipulados. **A omissão de itens obrigatórios poderá ensejar a realização de diligência para saneamento**, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. **Caso persista a inconsistência, a proposta poderá ser desclassificada.**

5.39. As empresas licitantes deverão cotar **exclusivamente** os benefícios, auxílios e assistências previstos em convenção coletiva, acordo coletivo ou dissídio coletivo. É **vedada** a inclusão, na planilha de custos e formação de preços, dos seguintes itens:

- participação nos lucros ou resultados;
- encargos sociais não previstos em lei;
- índices obrigatórios estabelecidos apenas por norma coletiva;
- valores relativos a insumos da atividade;

- vantagens ou benefícios previstos exclusivamente em norma coletiva, cuja oneração recaia integralmente sobre a Administração Pública;
- rubricas de treinamento, capacitação e reciclagem, já contempladas nas despesas administrativas.

5.40. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) definirá os níveis de qualidade esperados na execução dos serviços, bem como os critérios de adequação dos pagamentos.

5.41. Em caso de alteração da sede da contratante, a contratada estará obrigada a prestar os serviços no novo endereço, desde que localizado dentro da área de jurisdição da contratante, mediante celebração de termo aditivo contratual.

Salário Base e demais Benefícios dos Empregados

5.42. No que se refere à prestação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regulamentam as categorias profissionais responsáveis pela execução do serviço, especificando as respectivas datas bases e vigências, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

5.43. No âmbito da contratação de serviços terceirizados, para o cargo de Recepcionista, o salário será estabelecido conforme o piso salarial da categoria.

Salário Base - Convenção Coletiva de Trabalho DF000042/2025, do SINDISERVIÇOS:

5.44. Por se tratar de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foi utilizada a CCT 2025/2026 do SINDISERVIÇOS registrada no MTE sob o número DF000042/2025, para os benefícios do posto:

- **Recepcionista:** salário-base conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, no valor de R\$ 2.574,37 (dois mil quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

5.45. Nesse contexto, as empresas participantes do certame licitatório deverão apresentar suas propostas comerciais em estrita conformidade com os valores salariais definidos no Termo de Referência e no edital correspondente, sob pena de desclassificação.

5.46. Não serão aceitas propostas que apresentem, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos orçados pela administração, relativos aos seguintes benefícios de natureza trabalhista e/ou social. Assim, fica estipulado o valor diário mínimo do auxílio-alimentação em R\$ 44,30 (quarenta e quatro reais e trinta centavos), conforme o valor mínimo previsto na Convenção Coletiva de Trabalho DF000042/2025, do SINDISERVIÇOS, sem qualquer ônus para o trabalhador.

5.47. Justifica-se a adoção de valor único para o benefício do vale-alimentação, com fundamento no princípio da isonomia e na necessidade de padronização do tratamento concedido aos trabalhadores terceirizados que desempenham suas funções nas mesmas dependências e sob condições de trabalho similares.

5.48. Essa medida encontra respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão n.º 1207/2024 – Plenário – TCU, que reconhece como legítima, no contexto da Administração Pública, a adoção de critérios uniformes para benefícios concedidos a trabalhadores terceirizados, desde que devidamente fundamentada e sem configurar violação à legislação trabalhista ou às convenções coletivas vigentes.

ACÓRDÃO Nº 1207/2024 – TCU – Plenário

"9.2.1. decorre de previsão legal, estabelecida no art. 511, §§ 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, o entendimento consignado na jurisprudência desta Corte de Contas, no sentido de que nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra não é permitido determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pela empresas licitantes como base para a confecção das respectivas propostas"

*9.2.2. não obstante, em tais licitações, é lícito ao edital prever que **somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional."* **(grifo nosso)**

5.49. Embora os acordos coletivos celebrados por diferentes sindicatos estabeleçam valores distintos para o vale-alimentação, a aplicação de um valor padronizado nos contratos administrativos tem por objetivo garantir isonomia material entre os trabalhadores que desempenham funções equivalentes, prevenindo tratamentos desiguais no âmbito da mesma estrutura organizacional. Além disso, a uniformização contribui para a simplificação da gestão contratual, promovendo maior transparência e racionalização dos recursos públicos.

5.50. Dessa forma, propõe-se a adoção de um valor único para o vale-alimentação, a ser aplicado de maneira equitativa a todos os empregados vinculados ao mesmo contrato de prestação de serviços terceirizados sob a responsabilidade deste Ministério.

5.51. Considerou-se, na estimativa dos valores, a média de 21 dias úteis trabalhados por mês, conforme demonstrativo de cálculo a seguir:

a. Determinação do número médio de dias no mês:

$$\frac{365 \text{ dias}}{12 \text{ meses}} = 30,42 \text{ dias/mês}$$

b. Proporção média de dias úteis na semana:

$$\frac{5 \text{ dias úteis}}{7 \text{ dias da semana}} = 0,7143$$

Isso significa que, aproximadamente, **71,43% dos dias do mês são úteis**.

c. Cálculo da média bruta de dias úteis por mês:

Multiplicando o número médio de dias no mês (30,42) pela fração de dias úteis (0,7143), obtém-se **21,73 dias úteis por mês**.

$$30,42 \times 0,7143 = 21,73 \text{ dias úteis/mês}$$

d. Dedução dos feriados nacionais que não recaem em fins de semana:

O Brasil possui, em média, **12 feriados nacionais por ano**. Parte desses feriados recai em fins de semana e, portanto, não impacta o número de dias úteis.

- Para estimar apenas os feriados que ocorrem em dias úteis, aplica-se novamente a proporção de 5/7:

$$12 \times \frac{5}{7} = 8,57 \text{ feriados úteis/ano}$$

- Em seguida, divide-se esse total pelos 12 meses do ano para obter a média mensal de feriados úteis:

$$\frac{8,57}{12} = 0,71 \text{ feriados úteis/mês}$$

e. Cálculo final da média de dias úteis mensais:

Subtraindo-se a média de feriados úteis (0,71) da estimativa bruta de dias úteis mensais (21,73), chega-se ao resultado final de **21,02 dias úteis por mês**.

$$21,73 - 0,71 = \boxed{21,02 \text{ dias úteis/mês (aproximadamente 21,0)}}$$

5.52. Para os valores cotados, deverá ser apresentada planilha demonstrativa dos custos da categoria profissional, conforme modelo constante do Anexo, e observada a carga horária estabelecida no item 6 do Estudo Técnico Preliminar.

5.53. Ressalta-se que as Convenções Coletivas de Trabalho ou documentos congêneres mencionados neste Termo de Referência possuem caráter meramente orientativo, sendo obrigatória a observância apenas do valor estipulado para o auxílio-alimentação.

5.54. Não serão admitidas propostas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou nulos, incompatíveis com os preços de mercado.

5.55. A apresentação da proposta implicará aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

5.56. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências previstas neste Termo e no respectivo Edital/Contrato, bem como às especificações constantes dos anexos, ou que contenham omissões ou irregularidades insanáveis.

5.57. Para fins de elaboração das propostas, no que se refere ao item “vale-transporte” do sub-módulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários –, deverá ser considerado o quantitativo necessário para o deslocamento moradia/trabalho/moradia, conforme disposto na Lei nº 7.418 /1985, regulamentada pelo Decreto nº 95.247/1987, bem como nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho apresentadas pela licitante.

5.58. Os serviços serão prestados em Brasília/DF, cabendo à empresa licitante considerar essa localidade em seu planejamento. A Administração não estabelece valor específico para a tarifa de transporte público, competindo à licitante observar os valores praticados no local da execução e incluí-los na composição da planilha de custos, de forma a garantir a exequibilidade da proposta.

5.59. O prazo para pagamento à contratada, bem como as demais condições correlatas, encontram-se definidos no Edital e neste Termo de Referência.

5.13.18. Deverá ser adotado, para fins de elaboração da proposta, o modelo de planilha de custos e formação de preços estabelecido pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, atualizada pela Instrução Normativa MPDG nº 07, de 2018.

5.60. Não há obrigatoriedade, por parte das licitantes, de observância aos percentuais mínimos estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho, conforme entendimento firmado no Acórdão nº 5151/2014 – Segunda Câmara/TCU. Dessa forma, os percentuais de encargos sociais e trabalhistas deverão seguir o disposto na legislação vigente, salvo se os valores estabelecidos em convenção forem decorrentes de normas legais específicas.

5.61. É vedada a utilização, na execução contratual, de empregados que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

5.62. Quando não for possível comprovar a regularidade fiscal e trabalhista por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá apresentar, até o dia 30 do mês subsequente à prestação dos serviços, os seguintes documentos ao setor responsável pela fiscalização contratual:

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017

5.63. Compete à licitante o integral cumprimento das obrigações previstas em normas coletivas aplicáveis às categorias abrangidas, bem como de todas as obrigações legais de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e social, sendo vedada a transferência de responsabilidade à contratante em caso de inadimplência.

5.64. O preposto da contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente ocorrido no local da prestação dos serviços.

5.65. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Administração ou por seus prepostos, garantindo-lhes acesso irrestrito ao local da execução contratual e aos respectivos documentos comprobatórios.

5.66. É vedada a utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo igualmente vedado o trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito). anos.

Uniformes

5.67. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada nas unidades da Contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.68. O uniforme deverá compreender no mínimo as peças de vestuário indicadas pela Contratante, confeccionadas com tecido e material de qualidade, iguais ou superiores aos parâmetros estabelecidos abaixo:

Gênero	Conjunto Uniforme (quantidade)	Quantidade
	Terno completo em tecido tipo microfibra, forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade, na cor preta.	2
	Camisa estilo social, na cor branca, em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, de boa qualidade.	3
	Gravata lisa, na cor preta, em tecido 100% poliéster ou 100% seda, de boa qualidade.	2

Masculino	Cinto tipo esporte fino, de couro, na cor preta, de boa qualidade.	1
	Sapato tipo esporte fino, com cadarço, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.	2
	Par de meias em tecido 60% algodão, 39% poliamida e 1% elastano, na cor preta, de boa qualidade, confortável e compatível com a função.	2
	Suéter ou casaco de lã ou material similar para utilização em ambientes com baixa temperatura.	1
Feminino	Blazer em tecido tipo microfibra forrado internamente, inclusive na manga, de boa qualidade, na cor preta.	2
	Calça social em tecido em tipo microfibra, de boa qualidade, na cor preta, combinando com o blazer ou saia, das mesmas cores e material, forrada internamente, na altura do joelho.	2
	Blusa em crepe cochibo, gola com entretela compatível com o modelo, na cor branca, de boa qualidade.	3
	Par de sapatos social, na cor preta, meio salto, de couro, tipo <i>scarpin</i> . confortável e compatível com a função.	2
	Meia fina social na cor preta, sendo do modelo $\frac{3}{4}$ para as profissionais que optarem pelo uso de calça ou meia-calça, para as que optarem pelo uso de saia.	2
	Lenço, de cor única, harmonioso com o uniforme em tecido de seda ou poliéster.	2
	Suéter ou casaco de lã ou material similar para utilização em ambientes com baixa temperatura.	1

5.69. No caso das gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados. Os uniformes deverão ser novamente substituídos quando da cessação da condição de gestante.

5.70. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela gestão do contrato.

5.71. Os empregados indicados para a prestação dos serviços devem se apresentar trajando uniformes sempre limpos, fornecidos às expensas da Contratada.

5.72. O uniforme deve ser aprovado previamente pela Contratante e conter as características básicas, contidas no Termo de Referência e Convenções Coletivas de Trabalho.

Apresentação dos Empregados

5.73. A Contratada deverá fornecer uniformes nas especificações e periodicidade determinadas no Termo de Referência, devendo os empregados apresentar-se sempre com uniformes completos, limpos, passados, em bom estado e portando o crachá de identificação.

5.74. A empresa deve orientar seus empregados quanto ao uso de maquiagem e adereços (brincos, colares e anéis), estes são de uso facultativo de cada empregado, e, se usados deverão ser discretos e condizentes com o ambiente de trabalho.

5.75. A Contratada deverá realizar, por meio de seu preposto, visitas constantes e aleatórias a fim de verificar a utilização correta dos uniformes por parte dos empregados, devendo tomar as providências necessárias no caso de descumprimento, informando ao fiscal setorial do contrato.

5.76. Quando do início da prestação dos serviços, ou no caso de apresentação de substitutos, a empresa deverá encaminhar os empregados ao fiscal setorial do contrato juntamente com os documentos a serem exigidos no Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.77. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.77.1. A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada em até **10 (dez) dias corridos** contados da data de **assinatura do contrato**, cabendo à Contratada alocar a força de trabalho nos locais e horários previamente definidos para o início das atividades contratadas.

5.77.2. Após a assinatura do contrato e a designação formal do gestor e dos fiscais responsáveis, será realizada reunião inicial de alinhamento, com o objetivo de uniformizar o entendimento quanto às condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como dirimir eventuais dúvidas relativas à execução contratual.

5.78. Compete à Contratada

5.78.1. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão contínua dos serviços, visando a operação correta e eficaz, com execução meticulosa e constante das atividades contratadas;

5.78.2. Alocar, no primeiro dia de vigência do contrato, os empregados designados devidamente uniformizados para os respectivos postos de trabalho, nos horários estabelecidos na escala de serviços elaborada pela gestão do contrato;

5.78.3. Manter efetivo disponível para atender, sempre que necessário, eventuais substituições ou reposições, impedindo a permanência de mão de obra que tenha cometido falta disciplinar considerada grave nas dependências do Ministério;

5.78.4. Acatar as exigências da fiscalização e gestão quanto à execução dos serviços e horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas;

5.78.5. Cumprir a jornada de trabalho estabelecida pelo Ministério, em conformidade com a legislação trabalhista vigente;

5.78.6. Prestar esclarecimentos ao Ministério acerca de eventuais fatos ou atos que envolvam a Contratada, bem como relatar quaisquer irregularidades observadas na prestação dos serviços;

5.78.7. Encaminhar mensalmente à unidade fiscalizadora as faturas dos serviços prestados, acompanhadas da relação nominal dos empregados e dos comprovantes exigidos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, incluindo cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da fatura;

5.78.8. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do Ministério decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, promovendo o ressarcimento a preços atualizados no prazo de 30 (trinta) dias após a comprovação da responsabilidade. Caso o ressarcimento não ocorra no prazo estipulado, o Ministério poderá descontar o valor da fatura do mês, sem prejuízo de rescindir o contrato de pleno direito;

5.78.9. Orientar os empregados para que mantenham comportamento cordial e apresentação pessoal compatível com os padrões de higiene exigidos no local de prestação dos serviços;

5.78.10. Garantir que os empregados estejam devidamente identificados por meio do uso de crachás;

5.78.11. Adotar todas as medidas necessárias à segurança dos empregados e à execução segura dos serviços;

5.78.12. Assegurar o cumprimento das normas internas do Ministério, especialmente as relativas à segurança no ambiente de trabalho;

5.78.13. Promover a substituição imediata dos empregados quando solicitado pelo Ministério ou em casos de férias, faltas ou outros motivos, no prazo máximo de 02 (duas) horas após notificação, assegurando que os substitutos estejam identificados com crachá;

5.78.14. Formalizar todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços junto à fiscalização do contrato, por meio do preposto, enviando relatório mensal que poderá ser registrado via e-mail;

5.78.15. Fornecer à fiscalização do Ministério relação nominal das licenças, faltas, férias e respectivos substitutos dos empregados;

5.78.16. Proibir que seus empregados executem atividades diversas das previstas no contrato durante o horário de trabalho;

5.78.17. Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados até as dependências do Ministério e retorno, seja por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, este último fornecido de forma integral a cada 30 (trinta) dias;

5.78.18. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, bem como recolher os encargos sociais dentro dos prazos legais, apresentando comprovantes junto à fatura mensal, sob pena de aplicação de sanções;

5.78.19. Fornecer vale-refeição ou alimentação aos empregados, disponibilizados até o dia 1º de cada mês, correspondente aos dias úteis do mês de referência;

- 5.78.20. Assumir a responsabilidade pelas obrigações previstas na legislação de acidente do trabalho, inclusive em ocorrências nas dependências do Ministério envolvendo seus colaboradores;
- 5.78.21. Responder por eventuais demandas trabalhistas, civis ou penais decorrentes da execução do contrato;
- 5.78.22. Respeitar as normas e procedimentos do Ministério relacionados à segurança interna, controle de entrada e saída de pessoal e material, bem como às normas de segurança do trabalho;
- 5.78.23. Submeter-se à fiscalização plena e irrestrita do Ministério, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações;
- 5.78.24. Assumir integral responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, independentemente do pagamento das faturas pelo Ministério;
- 5.78.25. Submeter, até o 10º dia útil do início da execução do contrato, para conferência da fiscalização, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente atualizadas e assinadas, acompanhadas da relação nominal dos empregados, com endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando tais dados sempre que houver alterações, inclusive em casos de admissões, demissões ou substituições;
- 5.78.26. Autorizar o Ministério a efetuar descontos na fatura e pagamento direto aos empregados em caso de inadimplência da Contratada, até a regularização das obrigações, sem prejuízo das sanções contratuais;
- 5.78.27. Ressaltar que eventual atraso no pagamento de faturas pelo Ministério não exime a Contratada da obrigação de pagar seus empregados pontualmente;
- 5.78.28. Esclarecer que os empregados da Contratada não possuem vínculo empregatício com o Ministério, sendo de inteira responsabilidade da Contratada todos os pagamentos e encargos decorrentes do contrato;
- 5.78.29. Observar e implementar diretrizes de inclusão social e equidade, conforme legislação vigente, assegurando percentuais mínimos de representação de grupos étnico-raciais, equidade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e contratação de indivíduos de grupos socialmente vulneráveis;
- 5.78.30. Planejar as escalas de férias de modo a garantir, sempre que possível, a previsibilidade do período de gozo, conciliando o direito ao descanso e convívio familiar dos trabalhadores com as necessidades do serviço.

6. Modelo de Gestão de Contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. É **vedada a nomeação de empregados já alocados nos postos** objeto deste Termo como prepostos, pois essa prática compromete a qualidade da prestação dos serviços e reduz o tempo destinado às atividades contratadas. Os custos do preposto devem compor a planilha de custos da proposta, integrando os custos indiretos da execução contratual, conforme a Instrução Normativa nº 05 /2017 - SEGES/MPDG e suas alterações.

6.8. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.10. O preposto designado deverá inspecionar "*in loco*", pelo menos uma vez por semana, ou sempre que requisitada sua presença pelo fiscal do contrato, para fiscalizar a execução do contrato nos termos avençados.

6.11. A Contratada deverá instruir seu preposto quanto a necessidade de atender prontamente qualquer solicitação da Contratante, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações deste inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, e devendo ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas qualquer falhas na execução dos serviços contratados.

6.12. O preposto deverá observar as seguintes obrigações e atividades, com ou sem o auxílio dos seus fiscais, supervisores e encarregados:

- ser pontual e apresentar-se devidamente identificado;
- realizar atividades de supervisão da equipe de empregados;
- fazer a intermediação com a empresa Contratada em questões operacionais;
- acompanhar o registro de presença e frequência, bem como elaborar as escalas de alocação, férias e substituições legais dos prestadores de serviços;
- fiscalizar a utilização dos uniformes por todos os postos (quando determinado pela Contratante);
- auxiliar na formulação e organização de documentos encaminhados pela empresa à fiscalização técnica e operacional, inclusive por meios eletrônicos;
- acompanhar o desempenho dos demais empregados, passando orientações, quando for necessário, para que mantenham o ritmo e a produtividade de trabalho;
- analisar os relatórios diários de atividade e produção da equipe e a identificar os desvios nos parâmetros do processo;
- estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;
- comunicar substituições e alterações de escala;
- prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização do contrato; e
- realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade.

Rotinas de Fiscalização

6.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.16. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.20. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.20.1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

- 6.20.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.20.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.20.4. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- 6.20.5. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.20.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.20.7. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.20.8. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.20.9. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, §2º, IN nº 05/2017).
- 6.20.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.20.11. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.20.12. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.20.13. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do **ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista**.
- 6.20.14. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.20.15. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.20.16. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.20.17. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.20.18. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.20.19. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.20.20. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

- 6.20.20.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- 6.20.20.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- 6.20.20.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.20.20.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.20.21. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:
- 6.20.22. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;
- 6.20.23. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;
- 6.20.24. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e
- 6.20.25. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.20.26. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.20.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.20.28. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- 6.20.29. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

- 6.21. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.23. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.24. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 6.25. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.26. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.26.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 6.26.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- 6.26.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- 6.26.4. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 6.26.4.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 6.26.4.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.26.4.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.26.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.26.4.5. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.26.4.6. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.26.4.7. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.26.4.8. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.26.4.9. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado ;

6.26.4.10. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.26.4.11. Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados , na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.27. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.27.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.27.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.27.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.27.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.28. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.26 acima deverão ser apresentados.

6.29. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.31 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.30. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.31. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.32. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.34. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civas de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.35. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.36. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.37. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.38. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

- 6.39. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.40. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.41. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.42. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.43. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.44. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.45. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.46. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.47. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.48. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.49. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.49.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.49.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.50. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.50.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.50.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.51. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.52. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos empregados terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.53. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, **60 (sessenta) dias de antecedência** ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.54. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.55. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada empregado terceirizado.
- 6.56. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 6.57. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.57.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos empregados terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.57.2. em até 5 dias úteis após a ciência do empregado terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.58. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.59. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.60. Cabe ao gestor do contrato:

6.60.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.60.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.60.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.60.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.60.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.60.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.60.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo nos termos do contrato.

6.61. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.61.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.61.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.61.3. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

Extinção Contratual

6.62. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.63. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.64. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.65. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.66. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

6.67. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.68. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. Critérios de Medição e de Pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em no Anexo IV.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A unidade de medida adotada para o serviço em questão será de postos de trabalho.

7.4.2. Os indicadores mínimos de desempenho, assim como a produtividade de referência, que serão aferidos pela equipe de fiscalização do contrato, estão descritos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), previsto no anexo deste Termo de Referência, onde é possível observar as atividades mais relevantes que implicam na qualidade do serviço, as consequências possíveis quando da não observância de tais indicadores, além dos resultados esperados, fazendo correlação entre o número de ocorrências e a qualidade da prestação do serviço.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

- 7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. . identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de preços no consumidor - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.40. Cabe destacar que quando do pagamento à empresa, apenas os postos ativos serão autorizados para faturamento.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.41. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.42. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.43. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.44. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.45. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.45.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.45.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.46. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.47. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.48. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.49. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.50. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.51. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.52. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.53. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.54. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.55. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.56. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.57. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.58. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.59. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice de preços no consumidor - IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.60. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.61. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.62. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.63. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.64. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.66. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.67. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.68. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.69. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.70. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.71. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.72. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.73. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.74. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.75. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.76. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.77. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.78. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.79. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.80. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice de preços ao consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.81. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.82. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.83. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.84. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.85. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.86. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.87. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.88. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.89. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.90. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.91. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.92. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta -Depósito Vinculada

7.93. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.94. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.95. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições

previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.96. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.97. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.98. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 13º (décimo terceiro) salário;
- Férias e um terço constitucional de férias;
- Multa sobre o FGTS; e
- Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.99. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.100. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.101. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.102. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato

7.103. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.104. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.105. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.106. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017.

8. Infrações e Sanções Administrativas

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.9. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.1.9.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.9.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.9.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2. Multa:

8.2.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.2. Moratória de 0,08% (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.2.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.2.10. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.2.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.2.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.2.13. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.2.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.2.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.2.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.2.17. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.2.17.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.2.17.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.2.17.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.2.17.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.2.17.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.2.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.2.19. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.2.20. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.2.21. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.2.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.23. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. Critérios de Seleção do Fornecedor

9.1. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.1.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.1.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.4. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.1.5. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.1.6. Os valores orçados pela Administração constam na planilha em Anexo.

Exigências de habilitação

9.1.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.1.8. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.16. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas no presente certame.

9.1.17. Também não será admitida a participação de licitantes constituídas sob a forma de consórcio.

9.1.18. As vedações previstas justificam-se pela necessidade de garantir maior eficiência, previsibilidade e segurança jurídica na execução contratual. A contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de recepcionista visa reduzir riscos operacionais, evitar descontinuidade na execução dos serviços e mitigar entraves administrativos decorrentes da natureza jurídica e da estrutura organizacional típicas de cooperativas e consórcios.

9.1.19. Ademais, a contratação de uma única empresa responsável por todas as fases da execução contratual assegura maior controle por parte da Administração, facilita o cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas, possibilita a adequada gestão de pessoal e contribui para a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

9.1.20. Ressalta-se que a natureza dos serviços terceirizados exige a existência de vínculo empregatício entre os trabalhadores e a empresa contratada, o que inviabiliza a participação de sociedades cooperativas, conforme entendimento exarado no Parecer nº 00002 /2023/DECOR/CGU/AGU.

9.1.21. A participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) nas licitações públicas é permitida pelo art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que remete aos limites definidos no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006. O enquadramento dessas empresas está condicionado ao faturamento anual máximo de R\$ 4,8 milhões, apurado no exercício fiscal de janeiro a dezembro do ano anterior à licitação, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União:

*"Enunciado do acórdão: Para fim de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com os parâmetros de receita bruta definidos pelo art. 3º da LC 123/2006, **considera-se o período de apuração das receitas auferidas pela empresa como sendo de janeiro a dezembro do ano-calendário anterior à licitação**, e não os doze meses anteriores ao certame. Acórdão 250/2021-Plenário." (g.n.)*

*"Enunciado do acórdão: Para efeito de enquadramento na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte a que alude a LC 123/2006, a receita bruta a ser considerada **é a referente à atividade efetivamente exercida como fato gerador dos tributos, não importando para tanto a natureza jurídica da empresa ou a descrição de suas atividades no cadastro de pessoas jurídicas**. Acórdão 1702/2017-Plenário." (g.n.)*

9.1.22. Ademais, o §3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 dispõe que, nas contratações cuja vigência ultrapasse o período de um exercício fiscal, deve-se considerar o valor anual do contrato para aplicação dos limites de enquadramento. Assim, considerando que o valor anual estimado para o presente contrato é de **R\$ 1.952.605,44 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos)**, verifica-se que o montante encontra-se abaixo do limite legal, estando, portanto, em conformidade com as disposições legais.

9.1.23. Dessa forma, fica justificada e permitida a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame, em observância ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006, assegurando-se a ampla competitividade e o cumprimento dos princípios da isonomia e do desenvolvimento econômico sustentável.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.1.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.1.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.29. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1.32. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.1.33. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.1.34. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**), e Solvência Geral (**SG**) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante

9.1.35. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.1.36. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.1.37. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.1.38. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.1.39. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.1.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.1.41. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante Anexo V neste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.1.41.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.1.41.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.1.42. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.1.43. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.1.44. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.1.44.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.1.44.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo, no mínimo, número de postos de trabalho equivalente ao da contratação;

9.1.44.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.

9.1.45. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.1.46. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.1.47. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.1.48. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório na cidade de Brasília/DF, o que deverá ser comprovado no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação /manutenção do escritório.

9.1.49. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

9.1.8.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.952.605,44 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos no item 1.1, do presente Termo.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. Adequação Orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 810005;

II) Fonte de recursos: 250752;

III) Programa de trabalho: 14122003220000001;

IV) Elemento de despesa: 31903401;

V) Plano Orçamentário: 0001 - Despesas com Recursos Logísticos.

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Disposições Finais

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são Classificadas como Sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REINALDO SERGIO RODRIGUES

Integrante Técnico

JOSE LUIZ DE ALMEIDA LIMA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 09:30:24.

MAYARA NUNES DE CASTRO DO VALE

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 01/12/2025 às 17:46:33.

KAMILA CARDEAL FERREIRA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 11:09:25.

MARCOS DE SOUZA E SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 16:26:20.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I -Termo de Compromisso - INTEGRIDADE.pdf (113.75 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Termo de Compromisso - DIREITOS HUMANOS.pdf (100.7 KB)
- Anexo III - ANEXO III - DECLARACAO DE ESCRITORIO NA LOCALIDADE.pdf (119.37 KB)
- Anexo IV - Anexo IV- INSTRUMENTO DE MEDICAO DE RESULTADO.pdf (158.19 KB)
- Anexo V - Anexo V - Modelo de Declaracao de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administracao Publica.pdf (156.44 KB)
- Anexo VI - Proposta.zip (248.48 KB)